

PROJETO DE:

EMENDA A LEI ORGÂNICA ()
LEI COMPLEMENTAR ()
LEI ORDINÁRIA (x)
RESOLUÇÃO NORMATIVA ()
DECRETO LEGISLATIVO ()

Nº _____/2019.

AUTOR (ES) / SIGNATÁRIO(S)

Vereador:

STANLEY FREIRE

EMENTA:

“GARANTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRIORIDADE NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TERESINA”.

TEXTO

O prefeito municipal de Teresina, capital do Estado do Piauí.

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º- Fica garantida às mulheres vítimas de violência doméstica a quem seja concedida medida protetiva conforme disposto pelo art. 18 da Lei nº 11.340/2006, bem como aquela que esteja em processo de acompanhamento em espaços especializados de atendimento à mulher, previstos pela mesma lei federal, prioridade nos programas habitacionais implementados ou desenvolvidos pelo Município de Teresina.

Art.2º - Para os fins específicos de atendimento ao disposto nesta Lei, deverá ser reservado o percentual mínimo de cinco por cento das unidades habitacionais dos programas habitacionais implementados ou desenvolvidos pelo Município de Teresina.

Art.3º - Caberá à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) o cadastramento da mulher vítima de violência que necessite prioridade nos programas habitacionais.

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada por Decreto a ser emitido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

Bem descreve à **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA**, no seu art.20, I e IV que:

SEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

“Art. 20”. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, no que se refere ao seguinte:

I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que concerne:

Aduz o **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**, nos seus arts. 98, IX e 105 que:

“Art. 98. São modalidades de proposições legislativas:

IX - as indicações;

Art. 105. **A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador**, à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma da legislação em vigor.”

De início podemos perceber que o referido projeto há inteira consonância com disposto na Lei Orgânica e Regimento Interno, em que pode dispor o parlamentar municipal, de projeto indicativo de lei, **sugerindo ao Chefe do Poder Executivo que proponha determinada matéria dentro de sua competência**, com texto indicado por membro de Poder Legislativo.

Reza o artigo 226, § 8º da Constituição Federal que:

“Art. 23. Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”

Bem descreve à Lei Nº 11.340/2006-**Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal**, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, em seus artigos 2º, 3º, § 1º e § 2º que:

“Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual

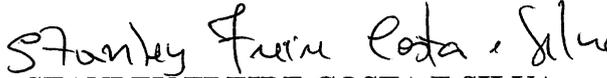
§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.”

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de assegurar às mulheres vítimas de violência doméstica, a prioridade na aquisição de unidade imobiliária ofertadas nos programas sociais habitacionais do município de Teresina, para fins de que impeça em virtude da expulsão do lar, o desamparo de moradia.

Vale ressaltarmos, que além do exposto nas linhas anteriores, é também a oportunidade de o estado preventivamente evitar que algo pior possa ocorrer, pois bem, às mulheres por questões econômicas, na grande maioria das vezes são obrigadas a conviver no mesmo teto do seu agressor, podendo até em mais uma agressão de rotina, sofrer à morte, logo assim, havendo possibilidade de prioridade na aquisição de imóvel, sairá do lar o mais rápido possível, deixando de conviver de pronto, evitando-se como já dito mal maior.

Por estas razões, peço e conto com o apoio de meus Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Teresina, 16 de setembro de 2019.


STANLEY FREIRE COSTA E SILVA
VEREADOR - PR

MINUTA

LEI Nº _____, DE ____ DE _____ DE _____.

GARANTE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRIORIDADE NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TERESINA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA**, Estado do Piauí, Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica garantida às mulheres vítimas de violência doméstica a quem seja concedida medida protetiva conforme disposto pelo art. 18 da Lei nº 11.340/2006, bem como aquela que esteja em processo de acompanhamento em espaços especializados de atendimento à mulher, previstos pela mesma lei federal, prioridade nos programas habitacionais implementados ou desenvolvidos pelo Município de Teresina.

Art.2º - Para os fins específicos de atendimento ao disposto nesta Lei, deverá ser reservado o percentual mínimo de cinco por cento das unidades habitacionais dos programas habitacionais implementados ou desenvolvidos pelo Município de Teresina.

Art.3º - Caberá à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) o cadastramento da mulher vítima de violência que necessite prioridade nos programas habitacionais.

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada por Decreto a ser emitido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), de ____ de ____ de _____.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO
Prefeito de Teresina.